

# A Alemanha antes das eleições

## Desafios europeus e outros

Muito agradeço o facto de poder falar no âmbito deste almoço do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Durante uma segunda reflexão acerca do tema por mim proposto. A Alemanha antes das eleições”, ocorreu-me que, afinal, ainda estamos a meio ano das eleições (22 de Setembro).

**M**as a intensidade com que aqui em Portugal se comenta e discute acerca da Alemanha, do seu papel na procura de resolução para a crise europeia, pede uma série de esclarecimentos.

Uma vez que muitos de vós estão interessados na política internacional em geral, para além do contexto da crise do euro, gostaria de fazer, na parte final, algumas observações quanto a outras problemáticas importantes para a política externa da Alemanha.

Mas, primeiro, o tema de partida: as eleições para o Bundestag alemão. Elas terão lugar no dia 22 de Setembro, no mesmo dia em que haverá eleições para o parlamento regional de Hessen. Uma semana antes, no dia 15 de Setembro, a CSU bávara - a ala bávara do movimento cristão-democrata - tentará reconquistar a maioria absoluta, com a qual governou o segundo maior Estado da Federação (12 milhões) durante mais de 50 anos, antes de ter de aceitar um parceiro de coligação para as duas últimas legislativas.



POR  
**Helmut  
Elfenkämper**

Embaixador da  
Alemanha em Lisboa

Das projecções para os partidos que resultam de sondagens realizadas entre 5 e 7 de Março de 2013 pode-se concluir o seguinte:

- Nem a CDU/CSU juntamente com o FDP (o seu actual parceiro de coligação e com quem pretendem voltar a coligar-se, segundo foi oficialmente anunciado), nem o SPD juntamente com o partido os Verdes (que aspiram a coligar-se) teriam uma maioria suficiente para governar. No caso do FDP, não há certeza de que consigam votos suficientes para entrar para o Bundestag (como Portugal, também nós temos uma cláusula de 5%), mas a sondagem teve lugar há duas semanas, antes da impressionante reeleição do até então bastante enfraquecido líder do partido, Rösler. Espera-se que estas eleições internas venham a constituir um impul-

so para o partido e muitos especialistas acreditam que o FDP afinal volte a entrar para o Bundestag.

Actualmente é difícil imaginar que o SPD e os Verdes se associem ao partido „die Linke”, de modo a formar uma maioria. Por outro lado, uma combinação CDU com os Verdes seria difícil de conceber e, naturalmente, a chamada grande coligação CDU/CSU e SPD teria uma maioria suficiente.

No que toca aos dois candidatos principais: de momento, a popularidade da Chanceler continua a aumentar; 62% da população querem Angela Merkel como Chanceler, apenas 27% Peer Steinbrück, o seu adversário do SPD (em Fevereiro eram 28%).

No que toca aos temas da campanha eleitoral: 10 anos após o lançamento da chamada reforma „Hartz IV” do Chanceler Gerhard Schröder, o SPD procura ainda estabelecer a questão da justiça social como tema da campanha eleitoral.

Porque foi, por um lado, na sequência destas reformas na Alemanha que se conseguiu uma situação de emprego bastante boa, com um nível de desemprego baixo, mas também um grande segmento de postos de trabalho relativamente mal pagos. Este aspecto e o da distribuição da riqueza são actualmente tematizados.

Na CDU houve uma discussão acesa acerca da questão da completa equiparação de uniões de casais do mesmo sexo ao casamento (inclusive o direito de adopção), mas que, de momento, se volta a afastar dos holofotes.

A questão do nosso futuro abastecimento energético continua a ser um tema importante.

E, por fim, há naturalmente as questões da gestão da crise do euro e os riscos e tensões que lhe estão associados, que levaram nomeadamente à preparação para a constituição de um partido anti-euro, que actualmente interessa os media.

Até ao Outono ainda há muito tempo, mas o euro continuará certamente na ordem do dia.

E naturalmente que os desafios europeus continuarão a ocupar uma posição de destaque para a política operativa do governo federal.

O Conselho Europeu e a Cimeira do Eurogrupo deixaram claro que nos encontramos numa espécie de fase intermédia na longa luta para encontrar

uma solução para os problemas gerados na Europa, em geral, e na zona euro, em particular.

Isso torna-se mais evidente quando analisamos a situação em que nos encontramos há um ano e tudo o que se desenvolveu e alterou desde então. Avancámos mais um passo no caminho para uma Europa de maior estabilidade. Refiro apenas alguns indicadores: o défice da zona euro reduziu-se a metade relativamente a 2009; os défices das balanças correntes de importantes Estados em crise – nomeadamente a Grécia e Portugal – desenvolveram-se de forma positiva de 2009 até agora (no caso da Grécia de -14 a -4, e em Portugal de -10 a -1).

A Irlanda – manifestamente o país mais avançado na consolidação – conseguiu, com sucesso, colocar no mercado, na semana passada, dívida a 10 anos e em breve seguir-se-á Portugal, possivelmente.

O balanço feito no fim da sétima avaliação da troika mostra, por outro lado, que os efeitos colaterais negativos da consolidação no domínio do crescimento e do desemprego ultrapassam consideravelmente os prognósticos feitos no início do processo.

Quem segue de perto o ambiente da opinião geral quanto à situação económica na Alemanha, por um lado, e em Portugal, por outro, pode constatar duas coisas:

- Os dois países entraram no novo ano com expectativas muito diferentes: expectativas extremamente sombrias do lado de Portugal e uma confiança sólida, até um certo optimismo, do lado da Alemanha.

- Mas também se pode constatar que a tendência negativa aqui em Portugal tem uma influência aparentemente muito forte na percepção sobre a situação na Alemanha.

Constatou-se este fenómeno concretamente aquando do lançamento dos últimos dados sobre o crescimento económico alemão. Muitos cronistas portugueses apressaram-se a declarar que a “recessão” tinha chegado à Alemanha, quando, na verdade, se registou no último trimestre de 2012 -0,6% do PIB (e prevê-se 0,4% para 2013) o que constitui um desaceleramento do ritmo de crescimento económico mas – sublinhe-se – ainda em terreno positivo. Para 2014, o crescimento deve ser de 1,6%.

A base destas expectativas, essencialmente positivas, é, em primeiro lugar, uma situação robusta do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego geral ronda os 6%, o desemprego jovem está a pouco mais de 8%.

O segundo pilar do relativo optimismo são as perspectivas da economia exportadora.

É verdade que estamos perante uma recessão na zona Euro em geral, mas, entre os países mais gravemente afectados pela crise, só a Itália se situa entre os primeiros destinos das exportações alemãs.

Durante os últimos anos, assistimos já a uma queda do peso relativo da União Europeia, e sobretudo da zona euro, enquanto destino de produtos e serviços alemães. Espera-se que a zona euro venha a cair abaixo dos 40% do total nos próximos anos.

Quais são as conclusões a tirar desta situação da economia alemã, entre outros com respeito a Portugal?

Em primeiro lugar, há várias conclusões de carácter económico:

A Alemanha parece compensar os efeitos das recessões em partes da Europa com a diversificação da sua economia externa, que avança rapidamente, o que permite até agora um certo grau de crescimento, ainda que moderado neste momento.

Não gostaria de ser mal entendido: naturalmente que a muito citada “locomotiva” alemã não consegue sozinho voltar a puxar a zona euro – para a qual ainda existem prognósticos de crescimento negativo para o total do ano 2013 – para o domínio dos números positivos. Mas, da nossa percepção das oportunidades do desenvolvimento na economia mundial, é permitido o prognóstico que provavelmente já teremos passado o momento mais difícil desta crise europeia, mesmo que tenhamos ainda à nossa frente tempos duros e difíceis, principalmente, claro, nos países mais afectados pela crise, como é o caso de Portugal.

Mas há também conclusões políticas a tirar do que se diz sobre o ambiente de opinião e a situação real da economia na Alemanha.

Do facto de o peso da zona euro para o comércio externo alemão estar a decrescer alguns observadores internacionais concluem que, face aos problemas ain-

da por resolver na zona euro, a Alemanha poderia cair na tentação de seguir o seu caminho sozinha ou apenas com um número limitado de parceiros europeus. Estamos aqui confrontados com uma espécie de variação sobre o tema do “Sonderweg” alemão, o caminho especial que a Alemanha tomaria sozinha, desta vez no sector económico e monetário. Também na Alemanha existem opiniões do género entre os críticos das políticas actuais de apoio ao euro.

Definitivamente, esta não é a linha do governo nem da grande maioria da classe política na Alemanha, que parte do princípio que os desafios da globalização já não podem ser ultrapassados apenas ao nível nacional.

Através da sua política prática, a Alemanha mostrou que pretende defender o euro com todos os seus membros – por último, através do compromisso encontrado no fim-de-semana relativamente à ajuda ao Chipre.

A necessidade de agir juntos terá de se voltar a mostrar, por exemplo nas futuras negociações sobre uma zona transatlântica de comércio livre com os Estados Unidos. Nenhum dos nossos países sozinho poderia fazer frente a um parceiro como os Estados Unidos na negociação.

Quer dizer que há muito mais do que considerações de utilidade meramente económica que determinam o contributo da Alemanha para ultrapassar a crise europeia. Continuamos a ver o euro como um projecto, em grande medida, político. A posição da Europa no mundo, a sua capacidade para ajudar a decidir acerca de questões decisivas da cena mundial, dependerá de sermos capazes de consolidar a moeda comum de forma duradoura.

Perante estes desafios, os desequilíbrios na zona euro e as tensões daí resultantes, os europeus responderam com „mais Europa“. Foi aprovada uma série de medidas e pacotes, cujo resultado significa uma direcção consideravelmente mais estreita e comum da economia europeia, assim como uma natureza mais vinculativa dos compromissos para os Estados individuais.

O facto de estas decisões – que significam um salto qualitativo na integração europeia – terem sido possíveis, é também, em larga medida, o resultado de uma aproximação das posições da França e da Alemanha, relativamente à go-

vernação económica na Europa. Houve aqui uma clara aproximação da posição alemã à posição francesa – uma constatação importante num ano em que comemoramos os 50 anos da assinatura do Tratado do Eliseu. Tal como no passado, empenhamos-nos na concertação das nossas posições com as da França.

O Conselho Europeu e a Cimeira do Eurogrupo da semana passada deixaram claro em que pé estamos na criação deste novo ordenamento jurídico europeu e onde ainda temos de trabalhar mais intensamente.

Do ponto de vista do governo federal a questão-chave é e continuará a ser o fortalecimento da competitividade. Esta constitui a base para o crescimento e o emprego sustentáveis. As metas que foram acordadas em Dezembro do ano passado para os trabalhos de reforço do sector bancário europeu foram confirmadas durante a Cimeira. A prioridade aqui continua a ser a conclusão dos trabalhos nos processos legislativos em curso relativamente à supervisão bancária única e ao fundo de resolução de crises bancárias. Nesta matéria o cuidado e o trabalho bem feito têm prioridade sobre a rapidez.

Permitam-me que faça apenas mais uma observação relativamente a estes longos trabalhos de reparação, através dos quais se deverão emendar os erros cometidos aquando da construção do euro: uma olhada a alguns comentários da imprensa aqui em Portugal antes e depois da Cimeira deixam claro que todos nós temos de nos empenhar no sentido de reforçar a confiança na eficácia das medidas que são aprovadas em Bruxelas. É verdade que o ordenamento jurídico, com a sua terminologia difícil, pouco clara para o leigo, e a sua grande complexidade, são difíceis de expor ao grande público. A tendência que diversos governos nacionais ainda têm de atribuir a Bruxelas tudo o que corre mal e apenas os sucessos a si próprios, contribui para desacreditar a Europa. Só avançaremos quando respeitarmos as regras que nos autoimpusemos. Digo isto enquanto representante de um país que foi um dos primeiros a quebrar as regras do euro.

Em segundo lugar, gostaria de fazer uma observação relativamente ao papel da Alemanha neste contexto: não necessitamos do ordenamento jurídico

para que a Alemanha ou outro Estado-membro consigam mais poder, como insinuam os críticos. O ordenamento jurídico contribui para fortalecer as instituições europeias, à Comissão é atribuído um papel importante, como desejam particularmente os representantes de países mais pequenos, que se têm queixado da transferência dos centros de influência na Europa para os parceiros maiores. Mas, em contrapartida, tem de se aceitar a transferência de outras partes da soberania nacional. Apenas quando ultrapassarmos este desenvolvimento político com sucesso, poderemos voltar a recuperar a confiança na Europa, que é necessária para que finalmente se aceite a mutualização dos riscos da dívida na zona euro, algo que os Tratados para a criação do euro claramente não previam.

Nos últimos dias e semanas tornou-se clara – como já em fases anteriores da crise – a importância do elemento político para ultrapassar os maiores desafios da União Europeia desde a sua criação.

Isto foi mostrado depois das eleições na Itália. Contamos ter dentro de pouco tempo uma ideia mais clara do que podemos esperar dos parceiros na Itália,

perante os presságios da nova constelação parlamentar.

Parece-me também que, contrariamente aos muitos comentários do último fim-de-semana, o decurso da sétima missão de avaliação da troika em Portugal mostrou que existe sensibilidade para a situação social e política no país entre os representantes das três instâncias internacionais, assim como disponibilidade para conceder um alívio, honrando os resultados obtidos em partes importantes do programa e tendo em conta os efeitos secundários negativos que resultaram também de uma conjuntura internacional mais adversa do que o previsto.

Permitam-me que resuma, para já, estes esclarecimentos relativamente aos desafios europeus, que surgem acima de tudo devido à crise da zona euro.

Através da acalmia dos mercados – para a qual a acção do BCE tem contribuído em grande medida – mas que, note-se, não constitui ainda a solução dos problemas de base da crise,

- Com a “cautelosamente confiante” projecção para o desenvolvimento económico europeu a médio prazo;
- Com os passos decisivos na inte-

*Da nossa percepção das oportunidades do desenvolvimento na economia mundial, é permitido o prognóstico que provavelmente já teremos passado o momento mais difícil desta crise europeia, mesmo que tenhamos ainda à nossa frente tempos duros e difíceis, principalmente, claro, nos países mais afectados pela crise, como é o caso de Portugal.*



gração europeia, que há poucos anos teriam sido impensáveis; e por fim

· Com uma consequente modernização e melhoria da política orçamental para o período 2014-2020, virada para competitividade, criou-se um enquadramento, do qual podemos tirar proveito, e a partir do qual podemos forjar a superação da crise.

Estou confiante que o governo federal conseguirá manter a aceitação necessária na Alemanha, tanto no Parlamento como na população, que é fundamental para uma continuação do caminho de defesa do euro, mesmo nesta fase de campanha eleitoral, que ainda se intensificará.

Coloquei conscientemente a ênfase da minha apresentação nos desafios da nossa política europeia relacionados com a situação do euro e da economia. Neste momento constituem o cerne do problema, absorvem uma energia considerável e levaram a que - após 20 anos em que a União Europeia se concentrou nos dois grandes desafios do alargamento e da consolidação das instituições, que foram desencadeados pelo fim da divisão da Europa - estejamos, desde há cerca de três anos, novamente muito absorvidos pela gestão interna da crise e da Europa. As possibilidades da União Europeia voltar a fazer valer, mais fortemente, o seu potencial a nível internacional têm sido desenvolvidas muito lentamente e não têm sido suficientemente realçadas, e a União vê-se hoje perante desafios particularmente grandes, por exemplo na questão da Síria. Deverá ser difícil encontrar uma posição comum.

Para finalizar, gostaria de fazer algumas observações curtas e muito gerais relativamente a outros desafios, com os quais a Alemanha se confronta:

Uma vez que os maiores problemas na UE são, hoje, de natureza essencialmente económica, a posição da Alemanha é forte, já que é o país com a maior população e economia na zona euro (ainda que não seja, de forma alguma, a economia mais rica). Isto tem também que ver com a estrutura económica do nosso país, na qual se manteve um sector industrial relativamente grande (considerado, há ainda pouco tempo, uma desvantagem económica).

Mas temos consciência de que esta posição não é, de forma alguma, para

sempre, e que pode ser sujeita a mudanças rápidas - ainda há 10 anos a Alemanha era o „homem doente“ da Europa. Gostaria de referir principalmente quatro desafios, com os quais nos confrontamos actualmente:

· Um sério problema demográfico, que apenas pode ser compensado por uma política de emigração bem pensada, face ao sucesso tão pequeno obtido até agora pelos esforços das políticas de família.

· Uma elevada dependência de uma economia de exportação competitiva, que exige esforços constantes na inovação, formação e acesso a novos mercados. Num jornal português falava-se há pouco tempo sobre a Alemanha como uma economia que seria “a mais bem organizada, mas que já não é a mais inovadora”.

· Uma elevada dependência da importação de combustíveis fósseis. Em articulação com o nosso objectivo de abandonar por completo, já em 2022, a energia nuclear, encontramos-nos aqui perante exigências muito elevadas.

· Uma dependência quase completa da importação de matérias-primas estratégicas. Como consequência, a Alemanha desenvolveu, há já alguns anos, uma estratégia para as matérias-primas, que também inclui parcerias com países que podem ser problemáticos no que toca aos direitos humanos, democracia e muitos outros. Este é um problema com o qual também aqui em Portugal se encontram bastante familiarizados.

Quanto à política de segurança, no sentido tradicional, a Alemanha posiciona-se hoje certamente muito melhor do que há vinte anos. Encontramo-nos integrados na vizinhança de parceiros da NATO ou de países amigos ou neutros. Partilhamos as ameaças da comunidade internacional através do terrorismo, ciber-crime e semelhantes, mas não nos encontramos sob ameaça directa de nenhum actor estatal.

A Alemanha continua a ser um país com interesses globais, interessado num multilateralismo efectivo, e que tem seguido uma política restrictiva quanto ao recurso a meios militares. Contudo, também não somos uma espécie de “Suiça em ponto grande”, eximindo-se de envolvimento militares no mundo. A Alemanha continua a contar-se entre os países que maior número de tropas disponibiliza no Afe-

ganistão e nos Balcãs. A participação na operação militar contra a Sérvia em 1999, durante um governo de coligação SPD/Verdes, significou uma importante superação da até aí vigente limitação ao envolvimento internacional da Alemanha. E também no Mali, logo a seguir à França - principal responsável pela operação militar - a Alemanha aparece como o segundo maior disponibilizador de tropas não-africanas, ainda que não sejam tropas de combate.

As forças armadas alemãs estão sujeitas a um forte controlo parlamentar, mas há um grande consenso quanto à necessidade de manter as suficientes. A decisão de profissionalizá-las, tomada há alguns anos, implica a redução de mais 200.000 a 180.000.

Permitam-me concluir com uma observação que não tem nada a ver com os conflitos militares actuais, mas sim com o facto de ter falado sobre problemas de segurança.

Encontramos actualmente nos média, com uma frequência preocupante, analogias entre os anos 1913 e 2013. Alguns comentadores não resistem à tentação de cair num catastrofismo, que pessoalmente acho injustificado, mesmo irresponsável.

É verdade que temos de ter cuidado com o ressurgimento de sentimentos nacionalistas, com a formação de partidos populistas e com bases ideológicas duvidosas. Daí a necessidade de combater os principais problemas estruturais e sociais com que nos confrontamos, acima de tudo o desemprego, e especialmente o desemprego jovem. Contribuímos significativamente através de formação, através de um mercado de trabalho dinâmico no nosso próprio país, que também gera procura, através do envolvimento do mundo empresarial na procura de soluções para a crise, como mostrou a conferência organizada ontem em Berlim, e na qual participaram o Presidente da Comissão, o Presidente francês e a Chanceler, juntamente com um grande número de chefes de empresas internacionais. E, finalmente, através do investimento, também aqui em Portugal, factor que, apesar da crise, não cessou.

Estamos confiantes que a crise pode ser superada e que resultará numa Europa mais forte, mais competitiva, capaz de representar o seu papel no mundo.■